

Sexta-Feira, 23 de Outubro de 2026

Governo de Mato Grosso planeja recorrer a empréstimos para suprir déficit de R\$ 1,5 bilhão na receita estadual

Executivo busca recursos financeiros para manter investimentos após perda significativa na arrecadação a partir de 2027

Estratégia de financiamento para manter investimentos públicos

A administração estadual de Mato Grosso estuda a contratação de empréstimos como mecanismo para compensar uma redução estimada em R\$ 1,5 bilhão na arrecadação a partir de 2027. A informação foi revelada pelo ex-secretário de Fazenda Rogério Gallo durante participação em evento do Lide realizado na última quinta-feira.

Conforme apontado por Gallo, a estratégia de captação de recursos será associada a uma revisão estrutural das despesas governamentais e implementação de medidas para racionalizar o funcionamento da máquina pública. O objetivo é preservar a continuidade dos programas de investimento nos próximos quatro anos de gestão.

Capacidade financeira para novos empréstimos

De acordo com Gallo, o Estado possui condições favoráveis para contratar novos financiamentos. Ele destacou que o caixa disponível supera o montante da dívida estadual, indicando um endividamento líquido negativo. Esta situação coloca Mato Grosso em posição privilegiada para obter recursos em condições comerciais competitivas junto ao mercado.

Origem do deficit orçamentário

A pressão financeira decorre do encerramento da cobrança adicional vinculada ao Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab), que reduzirá significativamente as receitas estaduais. Apesar deste cenário desafiador, o governo se compromete a manter investimentos em infraestrutura rodoviária, educação, urbanização e programas habitacionais, incluindo a construção de 60 mil unidades residenciais.

Plano de desenvolvimento em elaboração

O ex-secretário informou que apresentará um plano detalhado de desenvolvimento econômico em até 15 dias, que será elaborado em articulação com representantes da Assembleia Legislativa estadual. A proposta visa alinhar as ações governamentais com os legisladores para garantir viabilidade e sustentabilidade das iniciativas.